



OLIVEIRA. P. A. R. (1984) *Seminaristas Maiores: um questionamento sobre sua socialização*. In: Estudos da CNBB. *Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil*. [nº 40]. São Paulo : Paulinas.

OSLAM (2000) *Síntesis histórica y Estatutos*. Bogotá : DEVYM – OSLAM.

PAULO VI (1964) *Carta Apostólica Summi Dei Verbum*. Petrópolis : Editora Vozes

PAULO VI (1986) *Decreto Optatam Totius*. In: *Compêndio do Vaticano II*. 18ª Edição. Petrópolis : Editora Vozes.

PAULO VI (1986) *Gaudium et Spes*. In: *Compêndio do Vaticano II*. 18ª Edição. Petrópolis Editora Vozes.



POR UM IDEAL. O QUE POR ELE SOFRI E VIVI EM MEIO SÉCULO

Huberto ROHDEN

Memórias autobiográficas, Vol. I, 254 p., Vol. II, 262 p.,
Martin Claret Editores Ltda, São Paulo, 1993, 4ª edição.

A Biblioteca do ITESC acaba de adquirir o acervo bibliográfico – mais de sessenta obras – desse autor catarinense, falecido em 1981, em São Paulo, aos 87 anos de idade. Huberto ROHDEN é certamente um dos mais importantes pensadores do nosso Estado, cuja obra, filosófico-teológica, merece atenção e análise. Lembro-me da sofreguidão com que líamos, na década de 40, os livros que foram saindo rapidamente da sua pena prolífica: *Jesus Nazareno, Paulo de Tarso, Por mundos ignotos, De alma para alma, Miriam, Agostinho, Maravilhas do Universo, Alegrias* etc.

Quem era Huberto Rohden? Nascido em São Ludgero, SC, em 1893, ingressou no Seminário Menor de Pareci e, depois, no Seminário Maior de São Leopoldo, RS, onde foi colega de curso de Dom Jaime de Barros Câmara e de Mons. José Locks, com os quais foi ordenado presbítero na Catedral de Florianópolis em 1920. Seu primeiro livro, lançado em 1919 para comemorar sua ordenação, foi uma profissão de fé: *Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo*. Seu primeiro ministério sacerdotal desenvolveu-se por dois anos na paróquia da Catedral, que abrangia toda a ilha, então aos cuidados de Mons. Topp. Em 1922 foi nomeado pároco de Laguna, e nesse ano publicou seu segundo livro: *Mistério de Amor*, sobre a Eucaristia, livro que mereceu carta entusiasmada de Dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, o qual até a morte foi seu incentivador. Em 1923 saiu o terceiro livro, o *Goffiné Brasileiro*, misto de catecismo e manual de orações para uso dos leigos. Em 1924 fez o noviciado com os Jesuítas, em Pareci Novo, no Rio Grande do Sul, partindo depois para a Europa, para estudos de pós-graduação em Valkenburg, na Holanda, em Nápoles, na Itália, e em Innsbruck, na Áustria. Regressando da Europa em 1928,



trabalhou como Jesuíta em Santa Cruz do Sul, RS, até a “terceira provação”, com um segundo retiro de trinta dias, após o qual deixou a Companhia de Jesus.

Regressando ao clero diocesano de Florianópolis, em 1931, foi nomeado pároco de Cocal, no sul do Estado. Mas já em 1932 encontrava-se em Santa Maria, RS, assumindo a coordenação das Escolas da Rede Ferroviária gaúcha. Aí começou a publicar a folha avulsa “Lampejos”, que chegou a tiragens de 120.000 exemplares mensais. Em 1933 lançou a primeira edição da sua tradução do Novo Testamento a partir do texto grego original, pioneira no Brasil, tradução revista na segunda edição de 1938.

Em 1935, a convite de Dom Leme, Pe. Rohden transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a “Cruzada da Boa Imprensa”, para cuja organização viajou por todo o país. Em toda parte proferia palestras, incentivando a leitura do bom livro, e conseguindo a adesão de voluntários em muitas paróquias. Em 1936 lançou um dos seus mais conhecidos livros, *Jesus Nazareno*, seguido em 1939 por *Paulo de Tarso*: com esta obra, acirrou-se a guerra cada vez mais intensa de alguns setores do Clero contra o que eles achavam de “herético” e “protestante” nas idéias de Rohden. Entretanto, nesse mesmo ano de 1939, o Estado do Ceará adotou, como livro de leitura obrigatória em suas escolas, o *Nosso Mestre* de Rohden, isto é, a vida de Jesus a partir do texto dos quatro evangelhos. O mesmo livro foi depois adotado na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Em 1941 saiu o livro *Agostinho*, quase abortado nas “Vozes” de Petrópolis, enquanto continuava a campanha dos mencionados setores do Clero contra ele. Em 1942, em outubro, faleceu o seu protetor e incentivador, Dom Leme. Um mês depois, por ato de Dom José Gaspar, Arcebispo de São Paulo, foram proibidos todos os seus livros, ao todo vinte e cinco, na época, apesar de todos eles terem recebido o “nihil obstat” e o “imprimatur” da autoridade competente. Entretanto, já antes da morte de Dom Leme, cansado de tanta oposição, Pe. Rohden havia encaminhado a ele a sua renúncia ao sacerdócio, num documento que ele entregou depois, em 1944, ao novo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. É o período em que ele se retirou para um sítio nos arredores do Rio, onde, além de continuar a escrever, dedicou-se à horti e apicultura.

Em 1945 recebeu uma Bolsa de estudos para a universidade de Princeton, nos Estados Unidos, onde, no ano seguinte, recebeu o convite para ocupar a cátedra de Filosofia e História da Religião na Washington University, na capital do país. Retornando ao Brasil em 1951, dedicou-se a difundir suas concepções de Filosofia Unívérica e Educação do Homem Integral, continuando a escrever e a proferir palestras e ministrar cursos onde fosse convidado, além de dirigir um centro de auto-cultivo espiritual na “Fundação Alvorada”, entre Jundiá e São Paulo.



O livro *Por um Ideal*, como todas as boas autobiografias, é apaixonante. Os dois volumes, que totalizam pouco mais de 500 páginas, vibram da emoção de um autor convicto da sua crença e do seu ideal. São suas palavras, na Introdução da obra: “Milhares de leitores conhecem os meus livros sobre problemas de filosofia, religião, os mistérios da natureza etc, e muitos deles vivem a pedir que publique as minhas ‘memórias’, tanto mais que muitos deles acompanharam, de perto ou de longe, o agitado drama de idéias e ideais que fez de minha vida de escritor e conferencista uma estranha epopéia cheia de altos e baixos, de luzes e sombras, de louvores e vitupérios. Poucos homens do meu tempo e país foram tão ardentemente elogiados e tão violentamente execrados como o autor desta autobiografia”.

Escrito em 1960/61, o livro começa com as reminiscências do “menino da roça, caçador de pássaros e borboletas”, e termina com seu retorno dos Estados Unidos em 1951. Os últimos trinta anos de sua vida, portanto, talvez pelo fato de constituírem uma fase emocionalmente mais tranquila, não estão incluídos nestas combativas memórias. Como diz seu Editor, “a essência do livro são as descrições de suas atividades como padre, professor, pensador, conferencista e, principalmente, como escritor católico. Seu conflito com algumas alas do clero brasileiro é dramaticamente narrado, até o seu pedido oficial de afastamento da teologia romana. Rohden vira-se diante da terrível alternativa: Cristo ou Clero!”

É impressionante a rapidez com que os fatos se foram sucedendo: do começo da “Cruzada da Boa Imprensa”, em 1935, até o seu desligamento do Clero, em 1942, passam-se apenas oito anos, mas marcados por uma atividade febril e um confronto que rapidamente chegou à ruptura. Apesar de mais vezes Rohden referir-se a “setores” do Clero que foram injustos e malévolos contra ele, a sua ruptura o levou afinal a rejeitar toda a Instituição, não apenas “setores” do Clero mas o Clero em si, a Igreja Católica como tal, o próprio catolicismo. A propósito, vale a pena citar o que ele escreve nos “Preliminares” das memórias (Vol. I, p. 13-14): “Muitos dos meus leitores me têm em conta de ‘anti-católico’, e estas memórias os confirmarão mais ainda nessa convicção. Entretanto, eles estão muito enganados. Eu me tenho em conta de sinceramente ‘católico’, se por ‘catolicismo’, ou melhor, ‘catolicidade’, se entende o que esta palavra significa etimologicamente, isto é, ‘universal’, ‘universalidade’ (*katá e hólou*, contraídos em *kathólou*, radical de *katholikós*, quer dizer ‘segundo o todo’, ou ‘total’, ‘universal’). Eu sou essencialmente universalista no meu modo de pensar e agir; o meu cristianismo é universal, ‘católico’, a minha filosofia é universal, o meu credo é universal, a minha vida procura ser universal. E, por isto mesmo, não admito um catolicismo não-universal, que seria um catolicismo não-católico, isto é, um pseudo-catolicismo, como é aquele com o qual entrei em conflito, em defesa da verdadeira catolicidade do Cristo e do seu Evangelho. A atitude do Cristo em face dos pagãos – como o centurião romano e a mulher

cananéia – e em face dos herejes da época, como os samaritanos – parábola do bom samaritano, colóquio com a mulher samaritana – revela a mais larga catolicidade ou universalidade do seu espírito.”

A seguir, numa passagem típica da radicalidade e do amargor do seu rompimento, escreve (ibid., p. 14): “O pseudo-catolicismo do clero romano – salvo honrosas exceções – é a mais flagrante antítese do Evangelho do Cristo. E toda essa adulteração começou no século IV, quando o sacerdócio, de ideal apostólico, passou a ser uma profissão lucrativa, fonte de prestígio pessoal, político e econômico. Enquanto o sacerdócio não se reintegrar no espírito de absoluta gratuidade proclamada pelo Nazareno e por Paulo de Tarso, não será o pseudo-catolicismo clerical substituído pela catolicidade do Cristo. A grande alternativa é: Cristo ou Clero!”

Considerando o caso de Rohden, vêm-me à mente outros casos, antigos e recentes, de rompimento com a Igreja: o próprio Lutero, no século XVI; o Padre Loisy, do Instituto Católico de Paris, na crise modernista de inícios do século XX; o nosso Leonardo Boff, recentemente; e Hans Küng, destituído do título de teólogo católico em 1979, mas continuando como padre e continuando suas críticas à Instituição mas dentro dela, como se vê nas suas conferências e escritos, p. ex. no livro recente “A Igreja Católica”, lançado no Brasil este ano¹. Seja como for, Rohden é mais um desses casos em que os conflitos de idéias e doutrinas chegaram a um nível de ebulição tal que não foi mais possível o diálogo. E tudo em nome da Verdade... mas sem a necessária caridade.

Terminando esta recensão, que espero seja ao leitor um convite para que não deixe de ler estas preciosas memórias, cito ainda uma passagem do já citado texto que Rohden encaminhou uma segunda vez a Dom Jaime – provavelmente em 1946 – de forma pública, registrando o documento em cartório (Vol. II, p. 251): “A Dom Jaime, pessoalmente, agradeço as bondades que teve para comigo, e faço votos sinceros para que ajude, na medida das suas forças, a reconduzir o catolicismo brasileiro a um Cristianismo genuíno e integral, sincero desejo de todas as almas que querem viver como verdadeiros discípulos do Divino Mestre. Continuarei, com a graça de Deus, a difundir, até ao derradeiro suspiro, o Evangelho do reino de Deus, a cuja causa consagrei a minha vida e em cuja defesa tive de sofrer tamanhas injúrias.”

Pe. Ney Brasil Pereira

Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC

Endereço do recensor:

ITESC – Cx. P. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC
email: neybrasi@terra.com.br

¹ Hans KÜNG, *A Igreja Católica*, Edit. Objetiva, Rio de Janeiro, 2002 (trad.), 263 p.

A IGREJA CATÓLICA

Hans KÜNG

Col. “História Essencial”, Edit. Objetiva, RJ, 2002 (trad.), 263 p.

Li com sofreguidão o livro, que prende o leitor da primeira à última página. É uma síntese crítica da História da Igreja, crítica radical e aparentemente impiedosa, mas feita por alguém que se declara, apesar de tudo, católico e que afirma, como advertência inicial, que “apesar de todas as minhas experiências de quão implacável pode ser o sistema romano, até hoje a Igreja Católica, esta associação de crentes, continua a ser o meu lar espiritual” (p.15).

O livro, dividido em oito capítulos, começa com uma cronologia da Igreja desde o ano 30 até João Paulo II, em oito páginas. Segue a Introdução, importantíssima, porque nela Küng apresenta a sua perspectiva, o seu objetivo, ao escrever esta “História da Igreja”, a qual, adverte ele, não dispensa as obras extensas em vários tomos, por exemplo, de Fliche-Martin, de Jedin, de Rogier-Aubert-Knowles etc. Ele recorda também as referências à História da Igreja em quase todos os seus livros, desde o primeiro, em 1960, até hoje, advertindo que neste livro ele se concentra nas linhas, estruturas e números principais, sem usar de lastro erudito, isto é, sem notas ou referências bibliográficas (p.18).

Guardo do autor uma reminiscência significativa. Em junho de 1963, estando eu nos Estados Unidos, em Pittsburgh, na Universidade de Duquesne, para estudos de pós-graduação, lá ele esteve, então com seus 35 anos de idade, o mais jovem “perito” do Concílio Vaticano II, proferindo conferência sobre “A liberdade na Igreja”, fazendo o mesmo em várias outras universidades americanas. Lembro-me do entusiasmo com que foi acolhido, e da necessidade de estender até outras salas o serviço de som, dada a impossibilidade de acolher, no local da conferência, todos os interessados. No ano anterior ele havia publicado o livro “*Estruturas da Igreja*”, seguido por seu tratado de Eclesiologia, “*A Igreja*”, em 1967, logo censurado por Roma. Em 1970, no centenário da definição da infalibilidade pontifícia, lançou o livro “*Infalível? Uma interpelação?*”. De 1974 data o seu “*Ser cristão*”, na mesma linha radical, traduzido aqui no Brasil em 1976, pela Imago Editora. Em 1979, nos inícios do pontificado de João Paulo II, foi cassada a Küng a sua autorização de lecionar como teólogo católico. Mas ele continuou como padre, e a sua Universidade, de Tübingen, nomeou-o catedrático de Teologia Ecumênica. Ao se aposentar, em 1996, foi eleito presidente da Fundação de Ética Global, com sede na mesma cidade do sul da Alemanha. Num de seus livros mais recentes, “*O Cristianismo, sua essência e história*”, descreveu os vários “paradigmas” que marcaram época



na história cristã: “não só o católico-romano, mas também o paradigma original judaico-cristão, o helenístico-bizantino-eslavo, o paradigma da Reforma protestante, e o paradigma do iluminismo e da modernidade” (p.18).

Ainda na Introdução, ele observa: “Escrevo esta história como alguém que nela está envolvido. A partir do contexto histórico, posso ‘entender’ fenômenos como repressão intelectual e Inquisição, o hábito de queimar bruxas, a perseguição aos judeus e a discriminação contra a mulher, mas isso não quer dizer que, por conseguinte, eu possa perdoar de algum modo esses fenômenos. Escrevo como alguém que toma o partido daqueles que foram as vítimas, ou já em seu tempo reconheciam e censuravam determinadas práticas da Igreja como não sendo cristãs” (p. 15-16).

No final da Introdução, Hans Küng adverte que seu livro pretende fornecer orientação em três aspectos: informação básica sobre o processo histórico, balanço histórico-crítico e, enfim, desafio concreto para as mudanças necessárias. Finalmente, aos leitores católicos que tenham pouca informação sobre a História, adianta que eles podem ficar chocados ao constatar quão humano foi o curso dos acontecimentos em toda parte, também na instituição central do papado, o qual, portanto, pode ser modificado e reformado. Mas a ‘destruição’ crítica do autor é oferecida “a serviço da ‘construção’, reforma e renovação, para que a Igreja Católica possa continuar viva no terceiro milênio” (p. 24).

O primeiro capítulo, intitulado “Os primórdios da Igreja”, começa respondendo à pergunta: “Fundada por Jesus?” Qual o significado da Igreja? Jesus era “católico”? Fala também de Pedro e da ruptura entre judeus e cristãos. O segundo capítulo, intitulado “A Igreja Católica inicial”, começa falando de Paulo e das igrejas paulinas, do nascimento da hierarquia católica, e comenta a expansão da Igreja apesar das perseguições. No século III, o gênio de Orígenes realiza a helenização da pregação cristã.

O terceiro capítulo, intitulado “A Igreja Católica imperial”, começa aludindo a “uma das grandes revoluções nos acontecimentos mundiais: o reconhecimento do cristianismo pelo império romano” (p. 63). A Igreja imperial torna-se Igreja estatal, o bispo de Roma reivindica a supremacia, a teologia ocidental encontra seu sistematizador em Agostinho. Em quase dez páginas, Küng oferece interessante síntese sobre a obra teológica, os acertos e, também, os desacertos do grande africano.

“A Igreja papal” é o título do quarto capítulo, que abrange o período entre Leão I o Grande, no século V, e a deposição de três papas rivais pelo Imperador germânico, em meados do século XI. Após a apresentação do “primeiro papa de verdade”, Küng fala de “papas errantes” (assim, a tradução: talvez o texto original seja “papas que erraram”), de “falsificações papais” e de



“julgamentos e deposições de papas”, nos séculos VI VII (pp. 90-92). Aborda também a “devoção medieval”, e a “moral católica, fundamentada no confessionalismo” (pp. 103-105). Em meados do século IX, com Nicolau I, “a base legal para a futura romanização” (pp. 105-108).

O quinto capítulo intitula-se “A Igreja está dividida”, e aborda a segunda parte da Idade Média, do séc. XI ao séc. XV. Depois de uma série de “papas e antipapas, papas assassinos e assassinados” (p.112), inicia-se o movimento de reforma que parte dos monges de Cluny e atinge o papado com Leão IX da Lorena e, depois, com Gregório VII. Entretanto, a Igreja oriental separara-se de Roma em 1054, e a Igreja católica romaniza-se definitivamente com Inocêncio III (pp. 121-128). Aos movimentos dissidentes leigos dos cátaros e valdenses, a Igreja responde com a terrível arma da Inquisição (pp. 128-131). Seguem pertinentes reflexões sobre o confronto entre Francisco de Assis e Inocêncio III (pp. 132-136), sobre o novo sistema teológico de Tomás de Aquino (pp.136-139) e sobre o dia a dia dos cristãos medievais (pp. 139-144).

O sexto capítulo aborda a “Reforma da Igreja”, com a contraposição “Reforma ou Contra-reforma?”, começando por comentar a queda acentuada do domínio papal desde Bonifácio VIII, no início do séc. XIV. Segue o período dos papas franceses em Avignon, e o chamado “Cisma do Ocidente”, com dois e três papas simultâneos, até que o concílio de Constança (1414-1418) restaurou, embora fragilmente, a unidade católica. O Renascimento, artístico e cultural, não foi acompanhado por um renascer da Igreja, às mãos de papas dissolutos (pp. 155-158). Explode, então, a reforma de Lutero, que conclamou a Igreja a voltar ao Evangelho, mas a resposta que recebeu foi a excomunhão. Escreve Küng, à p. 164: “Esta redescoberta da mensagem da justificação... é um feito teológico incrível, que o próprio reformador sempre reconheceu como graça especial de Deus. Só à luz deste ponto central, está atrasada uma reabilitação formal de Lutero e a anulação de sua excomunhão por Roma”. A seguir, nas pp. 171-176, Küng comenta a Contra-reforma católica, consubstanciada no concílio de Trento. Sobre a Paz de Westfália, em 1648, após a guerra dos 30 anos, a conclusão desolada: “O cristianismo se mostrara incapaz de paz. Com isso decididamente perdera a credibilidade... contribuindo para o processo de secularização que conduziu à modernidade (p. 177).

O sétimo capítulo tem por epígrafe: “A Igreja Católica em oposição à modernidade”, e abrange o período entre Galileu (1633) e o Vaticano I. O período começa com a revolução científica e filosófica liderada por Galileu, Descartes e Pascal, que entronizam a razão humana como o principal valor da modernidade, enquanto a Igreja reage com uma atitude defensiva, cujos instrumentos foram a censura, o Índice e a Inquisição (p. 187). No turbilhão das novidades estoura a revolução francesa, cuja principal vítima, além da nobreza, foi a própria Igreja Católica (p. 195). No séc. XIX, a revolução



tecnológica e industrial agudizou os problemas sociais que encontraram eco no manifesto comunista de Marx e Engels (1848). A toda essa problemática, a resposta da Igreja vai ser uma “condenação radical da modernidade” no Vaticano I, o “concílio do contra-Iluminismo” (p. 201). Na p. 204, uma visão muito negativa de Küng sobre a proclamação do dogma da Imaculada, visão aliás coerente com o seu anti-marianismo. Ainda quanto ao Vaticano I, Küng analisa com severidade as circunstâncias da sua convocação, sua realização e seus resultados (pp. 207-210).

No último capítulo, “A Igreja Católica – presente e futuro”, Küng faz considerações sobre a situação atual, a partir dos desdobramentos do Vaticano I, o pontificado de Leão XIII e os papas da primeira metade do séc. XX. Entre estes, Pio XII, cujo “silêncio sobre o Holocausto” Küng denuncia com veemência (pp.219-224). Segue João XXIII, considerado “o papa mais importante do séc. XX”, o qual, “contra a resistência maciça da Cúria, mas com considerável cultura histórica e experiência pastoral”, abriu para a Igreja o caminho da renovação (p. 224). Nas pp. 226-231, Küng faz a sua avaliação do Vaticano II, que representou um “ponto de virada irrevogável”, embora seguido por um movimento de “restauração em vez de renovação” (p. 232), implementado especialmente neste pontificado. A reflexão final do capítulo é encabeçada, na p. 245, pela pergunta: “um Vaticano III com João XXIV?” Segue a conclusão do livro, em cinco páginas (pp. 252-255), nas quais Küng advoga o paradigma ecumênico para a Igreja, a qual, fiel a Jesus Cristo, deverá ser ao mesmo tempo “ortodoxa, católica, e evangélica”.

A tradução, de Adalgisa Campos da Silva, foi feita não do original alemão mas do texto inglês *The Catholic Church: a short history*, publicado em 2001. Os três revisores não alertaram para vários cochilos, os quais porém não chegam a prejudicar a leitura. Destaco alguns: 1) várias vezes, ao longo do livro, “*pastors*”, do inglês, é traduzido literalmente por “pastores”, quando devia ser “párocos”, p. ex. na p. 21; 2) na p. 58, a “ortopraxia” foi grafada em itálico numa forma híbrida, meio português meio inglês: *orto-praxy*; 3) na p. 69 diz-se que os godos atravessaram o “Reno” gelado (ou foi o Tibre?) a 31 de dezembro de 410, quando na p. 81 se diz que Roma foi invadida por eles em 28 de agosto do mesmo ano, o que não se coaduna; 4) na p. 89 lemos “*monofisista*”, em vez de “monofisita”; 5) na p. 102 em baixo, as comunidades “de cânones” devem ser “de cônegos”; 6) na p. 113, em vez de “Lotaríngia” leia-se “Lorena”; 7) na p. 121, saiu um “Inocente III” em vez de “Inocência”; 8) na p. 132, fala-se em reunir o “conselho”, em vez de “concílio”; 9) na p. 138, uma obra de Tomás de Aquino é citada, anacronicamente, com o título em inglês; 10) na p. 139, em vez de “horas santas” deve ser “tempos sagrados”; 11) na p. 165, em vez de “impressão” deve ser “imprensa”; 12) na p. 167, a data do falecimento de Lutero é 1546, não 1547; 13) na p. 170, em vez de “depois do modelo alemão” leia-se “segundo o modelo...”; na mesma página, o “Livro da Oração



Comum” saiu como “da Oração Geral”; 14) na p. 173, em vez de “três décadas antes da deflagração” leia-se “três décadas depois”; 15) nas pp. 173 e 174, o nome do Cardeal Carafa saiu “Carofa”; 16) na p. 196, em vez de “Marselheza” leia-se, claro, “Marselheza”; 17) na p. 199, um livro do francês Joseph de Maistre saiu com o título em inglês; 18) na p. 202, em baixo, em vez de “acima das montanhas” leia-se “além das...”; 19) na p. 204, contemporâneo de Darwin é Pio IX, e não Pio XI; 20) na p. 208 em cima, a “doutrinação ultramontana” é das “massas”, não das “missas” católicas; 21) na p. 210, costumes “só a partir do séc. XI”, e não “do século XIX”; na mesma página, “um governante absoluto com *ensino* infalível”, não “com *instrução* infalível”; 22) na p. 222 em baixo, o nome do bispo de Münster é Von Galen, não “Galeno”; 23) na p. 224, em vez de “jornal internacional” *Concilium*, leia-se “revista internacional”; 24) na p. 227, em vez de “associações” cristãs leia-se “denominações”; 25) na p. 231, quando Küng cita seu próprio livro sobre a Igreja, naturalmente cita-o no título original “*Die Kirche*”, e não no da tradução inglesa; 26) da mesma forma, na p. 234, o título original é “*Unfehlbar*”: não tem sentido, na tradução brasileira, o título em inglês; 27) na p. 239, em vez de “trabalhadores” leia-se “agentes” pastorais; 28) na p. 247, em vez de “na base de suas sociedades” leia-se “de suas comunidades”; 29) na p. 251, os “misteres” da Igreja devem ser os “ministérios”; e a “completa associação” eucarística deve ser a “intercomunhão”, expressão que volta na p. 254 em cima.

Terminando esta recensão, só me resta desejar que o livro seja lido e discutido, especialmente em nossos Seminários e cursos de Teologia. É preciso conhecer a história da Igreja, e conhecê-la cada vez melhor, também quando apresentada de maneira crítica, como neste precioso livro de Hans Küng. Como ele mesmo adverte, porém, esta síntese crítica deve ser aprofundada em obras mais extensas, que forneçam mais elementos para um julgamento maduro e, em consequência, para um engajamento mais consciente na obra da mesma Igreja, que é, ao longo dos séculos – nós o cremos – o corpo místico do Senhor.

Pe. Ney Brasil Pereira

Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC

Endereço do recensor:

ITESC – Cx. P. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC
email: neybrasi@terra.com.br